

Valor

Governo adia leilão da primeira das usinas do rio Madeira A8

Casuísmo domina debate sobre reforma política e condena temas relevantes à discussão estéril EU& Fim de Semana

www.valoronline.com.br

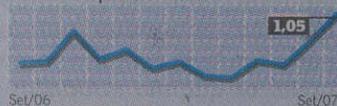


Destaques

Inflação em alta

Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) sobe 1,05% na segunda prévia de setembro, puxado pelos preços agrícolas. Taxa acumulada no ano é de 3,83% e de 5,43% em 12 meses. **A3**

IGP-M - 2ª prévia - em %



Aumento da ocupação

A taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas do país ficou estável em 9,5% em agosto, mas a abertura de vagas (217 mil) foi a segunda maior do ano. **A3**

Bem embalado

Nos últimos dez anos, investimentos em embalagens de alimentos deram um salto de 74%, para R\$ 6,5 bilhões em 2006, com espaço maior para os modelos flexíveis. **Páginas B4 e B5**

Divergências no governo elevam o risco de apagão

Cristiano Romero
De Brasília

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e a diretoria da Petrobras divergem sobre os rumos do setor elétrico. Essa disputa intestina no governo, que se arrasta desde o início do primeiro mandato do presidente Lula, é apontada como uma das razões para o aumento do risco de apagão. Nos últimos quatro anos, as discordâncias praticamente paralisaram a geração termelétrica, que seria supridora de energia em períodos de menor produção das hidrelétricas.

O quadro atormenta o presidente. Depois de comandar pessoalmente, no início de agosto, reunião emergencial do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ele fez seguinte afirmação: "Saio

daqui mais preocupado do que entrei".

As divergências começaram em 2003. Ao montar o ministério, Lula pôs Dilma Rousseff nas Minas e Energia, em vez de Luiz Pinguelli Rosa, seu aliado histórico, que acabou presidindo a Eletrobrás até maio de 2004. Outro aliado, o professor Ildo Sauer, da USP, foi nomeado diretor de Gás e Energia da Petrobras.

Críticos do sistema "liberal" adotado por FHC no setor elétrico, Pinguelli e Sauer queriam romper com o modelo anterior, que previa a criação de um "mercado livre" de energia no país — que teria causado prejuízo de R\$ 5 bilhões às hidrelétricas estatais nos últimos quatro anos. Ao elaborar a nova estrutura para o setor energético, Dilma contrariou a dupla e não mudou o paradigma.

O maior ponto de atrito entre a ministra e a Petrobras está no gás. A estatal é obrigada a fornecer o combustível às termelétricas, uma operação que lhe causaria prejuízo anual superior a US\$ 260 milhões. Em cinco anos, as perdas teriam chegado a US\$ 1,5 bilhão. Nas conversas oficiais, diretores da Petrobras afirmam que o abastecimento está garantido. Mas constata-se que as usinas muitas vezes não funcionam por falta do insumo.

A crise criou condições para uma mudança na diretoria da estatal. Dilma quer no lugar de Sauer uma pessoa de sua confiança: Maria das Graças Foster, que cederá a presidência da BR Distribuidora a José Eduardo Dutra. A troca continua em estudo, mas o **Valor** apurou que não ocorrerá na reunião de hoje do Conselho da estatal, presidido por Dilma. **Página A6**

Captação de US\$ 1 bi em uma semana

Cristiane Perini Lucchesi
De São Paulo

O mercado de eurobônus permanece fechado para os emergentes, mas os empréstimos externos ao Brasil continuam a todo vapor. Nesta semana, foram anunciadas operações de US\$ 1 bilhão, sendo que as agências multilaterais, bilaterais e de fomento têm ganhado cada vez mais destaque. "Nos tempos de maior insegurança, as agências do governo, que atuam no longo prazo, sempre ficam com os clientes", diz Bertram Dreyer, representante do DEG para o Mercosul — banco do governo alemão que acaba de emprestar US\$ 20 milhões ao Banco Schahin. O Unibanco captou US\$ 190 milhões, sob a liderança do Standard Chartered. A MMX obteve empréstimo stand-by de US\$ 400 milhões. **Página B1**

Energia Dilma e diretoria da Petrobras divergem sobre rumos do setor elétrico e, em especial, sobre o uso do gás

Disputa no governo eleva risco de apagão

Cristiano Romero
De Brasília

Uma disputa intestina no governo, envolvendo a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e a Petrobras, se arrasta desde o início do primeiro mandato do presidente Lula e é apontada como uma das razões para o risco de apagão de energia nos próximos anos. Dilma e a diretoria da Petrobras divergem fortemente sobre os rumos do setor elétrico. As discordâncias praticamente paralisaram a geração termelétrica nos últimos quatro anos e põem em risco o abastecimento dessa fonte entre 2008 e 2010.

Em carta enviada à Petrobras em abril, o então ministro das Minas e Energia, Silas Rondeau, afirmou que esse período será de "forte dependência de geração termelétrica para complementar a matriz energética". "A oferta de gás natural [para as térmicas] é variável fundamental na definição dos parâmetros que simularão as condições de atendimento para esse horizonte temporal", advertiu Silas, no documento ao qual o Valor teve acesso.

A situação se agrava, porque, segundo estimativa da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), já há, para 2011, previsão de déficit de energia de 1.400 megawatts médios. O quadro preocupa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após comandar pessoalmente, no início de agosto, reunião emergencial do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), o presidente fez afirmação que definiu bem o ambiente do encontro, marcado por debates calorosos: "Saio daqui mais preocupado do que entrei".

As divergências no governo têm origem numa disputa de poder e remontam à transição do governo Fernando Henrique Cardoso para a gestão Lula, em fins de 2002. Na ocasião, ao montar o ministério, o presidente colocou Dilma Rousseff nas Minas e Energia, em vez de Luiz Pinguelli Rosa, seu aliado histórico e um dos responsáveis pela elaboração do programa energético em todas as campanhas petistas.

Pinguelli era o candidato da ala esquerdista do PT. Foi nomeado para a presidência da Eletrobrás como um prêmio de consolação, mas ficou no cargo apenas até maio de 2004, quando foi obrigado a ceder o posto para o PMDB. Outro aliado histórico de Lula — o professor Ildo Sauer, da USP — foi nomeado diretor de Gás e Energia da Petrobras. O mercado cogitava que ele poderia ser afastado hoje em reunião do Conselho de Administração da estatal, presidido por Dilma, mas o Valor apurou que isso não ocorrerá neste encontro.

Críticos do modelo "liberal" adotado por FHC no setor elétrico, Pinguelli e Sauer protagonizaram discussões tensas com a ministra e com outros integrantes da cúpula da equipe de transição. Para ambos, a gestão Lula deveria romper com o modelo anterior e, na prática, sepultar o projeto de criação no país de um "mercado livre" de comercialização de energia.

O modelo do governo FHC permitiu que os grandes consumidores (acima de 3 mil kWh) passassem a escolher livremente o fornecedor de energia. Com isso, na avaliação dos críticos, autorizou-se que os consumidores rompessem contratos de longo prazo, geralmente de 30 anos, firmados entre as distribuidoras e as geradoras estatais de energia hidrelétrica.

Preocupada com o impacto que uma mudança brusca de modelo poderia provocar na imagem do

país e também da do governo que tomava posse, a cúpula da equipe de transição de Lula, chefiada por Antonio Palocci, optou por não alterar as regras. Decidiu, no entanto, abrir a discussão para a montagem de um novo modelo de funcionamento do setor elétrico. Na opinião dos petistas mais à esquerda, ao fazer isso, o nascente governo Lula cedeu às pressões das grandes empresas, principais beneficiárias do "mercado livre".

Ironicamente, foi na gestão Lula que, de fato, esse mercado se desenvolveu. Até 2002, os consumidores do "mercado livre" representavam apenas 2% da energia produzida no país. Hoje, são 30%, e metade do consumo industrial já está no segmento. Nesse mercado, os preços de energia foram substancialmente menores que os do chamado mercado cativo entre 2003 e 2006. Deverão continuar menores até 2009, mas a diferença já começou a cair. Para a Petrobras, o "mercado livre", ao desfazer os contratos de longo prazo, provocou uma "transferência econômica", em prejuízo das hidrelétricas estatais, superior a R\$ 5 bilhões.

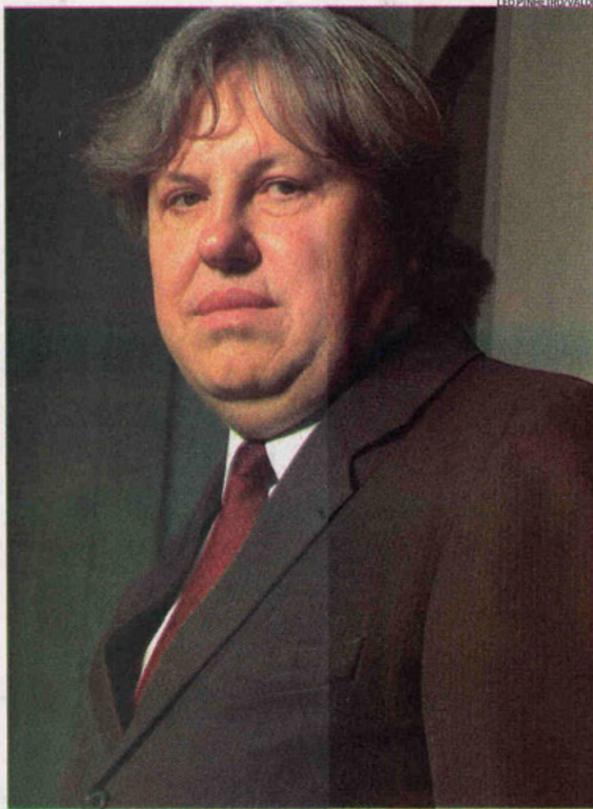
Ao elaborar o novo modelo energético, que entrou em vigor em março de 2004, além de não romper frontalmente com o paradigma anterior, Dilma adotou um modelo misto — nem estatizante nem excessivamente liberal. As escolhas da ministra desagradaram ao grupo mais à esquerda do governo, que considerou que a nova estrutura consolidou um "hiato regulatório" no setor. Num envio frenético de correspondências ao Ministério de Minas e Energia e ao Palácio do Planalto, após as eleições de 2006, a estatal enumerou várias "falhas" no modelo (ver quadro).

Além da disputa de poder e das divergências em torno dos rumos do setor elétrico, a falta de entendimento no setor de gás foi o principal ponto de atrito entre a ministra e a Petrobras. Pelo modelo vigente, as usinas termelétricas só entram em funcionamento quando os reservatórios de água das hidrelétricas ficam com pouca água, comprometendo a geração futura de energia. Em média, isso acontece durante três meses do ano.

A Petrobras, por sua vez, é obrigada a fornecer gás natural para essas usinas por meio de contratos firmes. A estatal, que acabou se tornando ao longo do tempo a proprietária da maioria das térmicas do país, possui um parque térmico de 4.000 MW, com previsão de chegar a 2010 com 4.700 MW. Suas vendas totalizam 1.490 MW médios, incluindo o consumo de suas próprias usinas. Como o custo desses ativos é estimado em US\$ 490 milhões por ano, a estatal alega que vem sofrendo prejuízo anual de cerca de US\$ 260 milhões.

Por isso, a Petrobras passou a fornecer gás natural para a indústria e o comércio. Com o objetivo de assegurar o fornecimento do produto, fechou contratos firmes de gás, diferentemente do que fez com as termelétricas — na visão da estatal, a lei não a obriga a fechar contratos firmes com elas. O problema é que o consumo industrial de gás cresceu muito, diminuindo a margem de entrega às usinas.

As termelétricas fora do controle da estatal passaram a alertar as autoridades de que não teriam gás para gerar energia, em caso de necessidade. Nas conversas oficiais, diretores da Petrobras afirmavam que o abastecimento estava garantido. A partir de 2004, a Aneel começou a fazer testes de ligação das



Ildo Sauer: por pressão da ministra, pode deixar a diretoria da estatal

O Dossiê Petrobras

Críticas ao modelo do setor elétrico encaminhadas ao MME e ao Planalto

Oferta de Energia

Argentina
O planejamento estratégico do governo considera a importação de energia da Argentina. Essa energia, diz a Petrobras, é "fisicamente inexistente" e, por isso, pode sinalizar uma "oferta equivocada" no médio e longo prazo.

Lim da CCC
A CCC é uma conta cuja arrecadação é usada para cobrir os custos do uso de combustíveis fósseis. Em 1º de janeiro de 2006, a CCC foi extinta, eliminando um subsídio que as termelétricas tinham nos sistemas interligados. Com isso, alega a Petrobras, essas usinas perderam competitividade e tendem a sair do mercado. Trata-se, novamente, de uma sinalização "errônea" acerca da oferta total de energia.

Usinas atrasadas
A estatal chama atenção para o fato de o planejamento oficial incluir a energia de usinas hidrelétricas e termelétricas, cujos cronogramas de construção estão atrasados. Isso "compromete o planejamento de longo prazo".

Termelétricas
O governo conta com a energia de usinas que, mesmo estando em operação comercial, não comercializaram sua energia e não possuem garantia de suprimento firme de gás. No caso da Petrobras, o seu compromisso de fornecimento de gás para geração termelétrica é de 12 m³/dia, sendo 60% para quatro usinas de terceiros e o restante para suas próprias usinas. Segundo a estatal, o governo deveria contar com a geração de energia apenas dessas usinas, evitando, em suas estimativas, as não-contratadas.

Descasamento
De acordo com a Petrobras, há indícios de descasamento entre os balanços físicos e contratuais dos consumidores livres, de comercializadores e autoprodutores.

Remuneração dos investimentos

Térmicas
A Petrobras alega que as usinas termelétricas estão sujeitas a um ato administrativo "precatório", que não lhes garante imunidade quanto às imposições feitas pela Aneel. Segundo a estatal, essas imposições afetam a viabilidade comercial das usinas.

Preço
A estatal argumenta que a Portaria 303, do MME, ao fixar regras para o cálculo da energia, penaliza as usinas térmicas.

Leilões
Segundo a Petrobras, as particularidades das térmicas não são levadas em conta nos leilões de energia, uma vez que eles impedem que as usinas de um mesmo empreendimento sejam consideradas distintas nos custos ou em eficiência. Ocorre que as usinas usam, muitas vezes, fontes distintas de combustível, com custos, portanto, também distintos.

Combustíveis fósseis
A estatal diz que o modelo não incorpora o fato de os preços desses combustíveis variarem de acordo com condições alheias ao investidor. Isso, segundo a Petrobras, cria constrangimentos, que a obrigam a não cumprir determinações do ONS ou a fazer isso com prejuízo.

CMSE
A Petrobras reclama que, nas reuniões do Comitê de Monitoramento, vários "atores" querem impor obrigações a ela, tais como, "manter usinas termelétricas operacionais e disponíveis, com garantia física de suprimento de combustível, sem contratos de venda de energia ou outra compensação adequada"; e "garantir o suprimento, sem contrato pré-existente, de gás natural a preços previstos no PPT ou combustível substituto (como o óleo diesel) nas mesmas condições". Isso constituiu-se "em pesado desvio de avaliação das possibilidades permitidas pela legislação vigente e pelas práticas de gestão empresarial".

usinas térmicas. Todas as vezes em que isso aconteceu, constatou-se que as usinas não funcionavam, porque não havia gás.

A percepção do setor elétrico é a de que a Petrobras vendeu a mesma molécula duas vezes. Fez uma espécie de "overbooking". "Ela vendeu gás para as térmicas e, como elas não usam todo o tempo,

vendeu para outros consumidores", disse uma fonte oficial. "Fomos enganados pela Petrobras. E os preços explodiram", observou um integrante do setor. Diante disso, a Aneel passou a comunicar ao mercado que não contasse com a energia gerada por essas usinas.

A situação irritou profundamente a ministra Dilma Rousseff,



Ministra Dilma Rousseff: mesmo na Casa Civil, continua comandando o setor

que, mesmo deixando o comando de Minas e Energia em julho de 2005 para assumir a Casa Civil, continuou comandando as ações do setor. Os embates em torno do gás se acirraram. Do ponto de vista empresarial, concordou-se no governo que a estatal, que tem acionistas privados, agia para diminuir os prejuízos que vinha sofrendo, mas, na avaliação do governo, esses interesses não poderiam estar acima dos do país.

Dilma criou, então, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) para monitorar o cumprimento das determinações do governo, e passou a tratar pessoalmente do caso do gás. Pressionou a Petrobras a investir nesse setor, a importar gás natural liquefeito e a converter suas térmicas em bi-combustível — na falta de gás, produziriam energia a partir de óleo combustível. A investida não funcionou. Nos testes seguintes promovidos pela Aneel, novamente se descobriu que a Petrobras continuava sem fornecer gás às usinas.

Em maio passado, o Ministério das Minas e Energia propôs um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) à Petrobras. A estatal não aceitou, mas concordou em assinar um Termo de Compromisso (TC), um instrumento legal mais brando. Nele estabeleceu-se um cronograma de fornecimento de gás até 2011. Na hora de definir os volumes de gás, a Aneel deixou que a estatal informasse as quantidades a serem fornecidas. Em contrapartida, exigiu que, em caso de descumprimento, seria aplicada uma multa.

Nos dois primeiros meses do TC — junho e julho —, a estatal não entregou o gás prometido, o que levou a Aneel a aplicar-lhe multa de R\$ 84 milhões. No fim de julho, o presidente convocou reunião do CNPE para avaliar a situação. No dia do encontro, o Valor revelou que o gás não estava sendo entregue nas quantidades acordadas. Um pouco antes do início da reunião, Gabrielli teve uma discussão áspera com o presidente da Aneel, Jerson Kelman, por causa do suposto vazamento da informação. No embate, Gabrielli alegou que a Petrobras teve que fornecer gás a duas térmicas do Rio de Janeiro, para

atender a uma possível emergência dos Jogos Pan-americanos, e para a Argentina, que sofreu um apagão e pediu socorro ao Brasil.

O governo não considerou as explicações convincentes. Apesar do clima tenso do encontro, a ministra Dilma encontrou uma forma para desanuviar o ambiente. "Que bom porque, assim, não preciso brigar com a Petrobras", afirmou ela, referindo-se à discussão entre Gabrielli e Kelman.

Após o encontro, Aneel e Petrobras acertaram um novo prazo para o cumprimento do termo de compromisso. Segundo fontes do setor, desde 31 de agosto a estatal, está cumprindo o que prometeu.

As divergências não conseguiram arrancar o prestígio de Dilma e Gabrielli junto ao presidente Lula. Dilma é a principal ministra do governo e Gabrielli está cada vez mais próximo do presidente. Responsável pela porção crítica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) — a Petrobras responde por 183 projetos de investimento até 2010, num desembolso total de R\$ 171,7 bilhões, um terço do PAC —, Gabrielli reúne-se pelo menos uma vez, a cada 15 dias, com o presidente. Há um mês, Lula jantava em Brasília com governadores do PT quando soube que o presidente da estatal estava na cidade. Imediatamente, convidou-o para se juntar ao grupo.

Se as divergências não azedaram a relação entre Dilma e Gabrielli, o mesmo não se pode dizer quanto a Ildo Sauer. A ministra não dirige a palavra ao diretor da Petrobras. Há tempos, vem tentando substituí-lo, mas sempre esbarra na resistência do próprio Lula, que tem afeição por Sauer, e na de Gabrielli. A amigos e interlocutores, Sauer disse que, tendo sido escolhido pelo presidente, só deixará o posto demitido.

A crise no setor de gás aumentou o grau de preocupação com um possível apagão e criou as condições para uma mudança na estatal, mas isso ainda não está definido. Dilma quer colocar na área de Gás e Energia uma pessoa de sua estrita confiança: Maria das Graças Foster, que cederia a presidência da BR Distribuidora ao petista José Eduardo Dutra.

Mudanças podem acelerar decisões estratégicas para estatal

Chico Santos e Francisco Góes
Do Rio

Uma definição a respeito do futuro da diretoria da Petrobras é vista como fundamental por agentes econômicos que têm negócios com a estatal. Acabaria com uma virtual paralisia em vários setores da empresa quanto à tomada de decisões em áreas estratégicas como a naval, a de produção e a da indústria de gás. Dentro da empresa é dado como certo que o diretor de Gás e Energia, Ildo Sauer, será substituído

— em algum momento — pela atual presidente da BR, Maria das Graças Foster, abrindo lugar na BR para José Eduardo Dutra, ex-presidente da holding.

Sauer está de férias, prorrogadas após o vencimento de um primeiro período, e tem retorno previsto exatamente para hoje. Não quer entregar o cargo, o que pode obrigar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem foi conselheiro de primeira hora, muito antes da sua eleição em 2002, a absorver o desgaste da sua demissão no futuro.

Outras mudanças de nomes muito comentadas recentemente, como as substituições dos diretores Paulo Roberto Costa (Abastecimento), Guilherme Estrela (Exploração e Produção) e Nestor Cerveró (Área Internacional) são consideradas remotas, especialmente em relação ao primeiro.

Sauer ou Maria das Graças, quem ficar no cargo quando as mudanças forem definidas, terá muito trabalho pela frente, enfrentando um mercado de gás onde a demanda é maior do que a oferta. Vai ter que discutir novos

subcontratos com as empresas distribuidoras e também negociar tarifas. Analistas acham que o respaldo político da atual presidente da BR junto à poderosa ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, presidente do Conselho da Petrobras, dá a ela melhores condições para gerenciar todos os desafios que estão pela frente.

São infundadas as análises de que tudo pode ficar como está no futuro. Essas análises dizem que Dutra teria reavaliado que não seria bom voltar para um cargo menor na mesma empresa que presi-

diu. O ex-senador iria disputar a prefeitura de Aracaju em 2008.

"Não há nenhuma chance", afirma o próprio Dutra, já comprometido a apoiar a reeleição do atual prefeito, Edvaldo Nogueira (PC do B). No último dia 4 o governador de Sergipe, Marcelo Déda (PT), cobrou publicamente do presidente Lula um lugar para Dutra na BR. Lula prometeu resolver, mas até o começo da noite de ontem os interessados não tinham uma resposta definitiva.

Essas circunstâncias fazem com que alguns analistas acreditem

que as mudanças ainda podem demorar. E mais ainda: que isso não ocorreria porque a pauta de mudanças não é tão pequena, mas o governo estaria enfrentando dificuldades para concretizá-la. Além de Sauer, Estrela, petista histórico, também sairia, abrindo espaço para Paulo Roberto Costa (originário da área de exploração e produção), apoiado pelo PP, que, por sua vez, daria o cargo no Abastecimento a Alan Kardec, atual gerente-executivo da área, apoiado pelo PMDB.